

ATA DA CENTÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 17-10-2019.

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 043/19 (Processo nº 0479/19), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 199/19 (Processo nº 0432/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 203/19 (Processo nº 0438/19), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Resolução nº 045/19 (Processo nº 0484/19), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/19 (Processo nº 0467/19), de autoria de José Freitas. Também, foi apregoado o Ofício nº 896/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 023/19 (Processo nº 0530/19). Durante a Sessão, foram aprovadas as Atas Décima Terceira, Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sexta, Décima Sétima, Décima Oitava, Décima Nona, Vigésima, Vigésima Primeira, Vigésima Segunda, Vigésima Terceira e Vigésima Quarta Sessões Solenes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Neusa Maria de Oliveira Chardosim, Vice-Presidente da Associação Parkinson do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca dessa associação e do X Congresso das Associações de Parkinson do Brasil. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Dr. Goulart, Cassiá Carpes, Engº Comassetto, Márcio Bins Ely e Valter Nagelstein manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Neusa Maria de Oliveira Chardosim. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, solicitando a requisição de informação da Diretoria Legislativa acerca da tramitação de projetos de lei que violam os Precedentes Legislativos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a debater o tema específico “Casa de Apoio Madre Ana”. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Carlos Saldanha, Diretor de Relações Internacionais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e a Vanessa Siviero, Coordenadora da Casa de Apoio Madre Ana, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se José Freitas, Hamilton Sossmeier,

João Bosco Vaz e Valter Nagelstein. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Carlos Saldanha. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e quatro minutos às quinze horas e trinta e sete minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes e Adeli Sell. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 094, 132, 209, 210 e 222/19, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 222/16 e os Projetos de Resolução nºs 036 e 040/19. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mônica Leal e Alvoni Medina e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 13ª Sessão Solene à 24ª Sessão Solene. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta da Casa, Ver.^a Mônica; colegas vereadoras e vereadores; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Queria me dirigir a todos os trabalhadores da saúde que estiveram aqui na Casa por várias vezes, principalmente os 1.840 servidores, trabalhadores do IMESF, muitos cidadãos e cidadãs da comunidade, todos apreensivos em função de uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal pela extinção do IMESF. Há poucos dias, em uma audiência pública aqui na Casa, presidida pela COSMAM, foi decidido criar um grupo de trabalho, e, naquela ocasião, estava aqui presente a deputada federal Maria do Rosário, o deputado federal Henrique Fontana, a deputada federal Melchionna, vários deputados estaduais e federais, como também inúmeros trabalhadores da área da saúde. Foi feito aqui um apelo aos deputados estaduais e federais, juntamente com os vereadores que poderiam ir a Brasília, para solicitar uma reunião com a Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, em relação ao possível julgamento dos agravos que poderiam ser solicitados, que foram solicitados tanto pela Prefeitura, Vereadora-Presidenta, como pelos sindicatos, e que, em função da decisão da extinção do IMESF, o governo municipal teria dito que, imediatamente, de 30 a 60 dias, demitiria todos os servidores.

Nós queremos dizer que, depois dessa reunião de ontem, como nas reuniões da frente parlamentar feitas aqui na Casa com a opinião do Ministério Público do Trabalho Estadual e Federal, não há necessidade de o prefeito ter essa pressa em demitir os trabalhadores, até porque, na reunião de ontem no Supremo Tribunal Federal, a Dep. Maria do Rosário, o Dep. Henrique Fontana, a Dep. Fernanda Melchionna, o Júlio, presidente do Sindisaúde, a Letícia, presidente do Conselho Municipal da Saúde estiveram com a Rosa Weber e ela garantiu que não vai sair tão logo esse julgamento,

porque tem mais de 2,5 mil processos na frente. Então não há necessidade de o prefeito, Presidenta, ter pressa, como ele fez naqueles dias, ao anunciar para a imprensa, para a base do governo que, com a extinção do IMESF, ele iria demitir todos os servidores. Não faça isso, prefeito, por várias razões! Uma delas é que esse julgamento dos embargos pode demorar de um a dois anos; segundo, existem leis, a Emenda Constitucional nº 51, que depois se tornou lei, a nº 11.350, que garante a estabilidade para todos os servidores, Alex, todos os trabalhadores que já fizeram a prova seletiva, portanto fizeram concurso público, e o governo teria que absorvê-los, criando uma autarquia ou uma coordenadoria, uma entidade pública de direito público. E é isso o que nós queremos trabalhar com o governo.

Portanto, nesse sentido, nós fazemos aqui novamente um apelo ao governo: receba os trabalhadores, eles estão em greve; é preciso diálogo, compreensão, e nós queremos que não só eles voltem com a garantia de um emprego, mas com a garantia desse programa, que seja ampliado, inclusive, por toda cidade de Porto Alegre. A Frente Parlamentar em Defesa da Estratégia Saúde da Família, que eu, Ver. Oliboni, presido, fez várias reuniões com os trabalhadores, com as entidades, com os Ministérios Públicos e todos, por unanimidade, dizem isto: que os trabalhadores não só têm a estabilidade como o governo tem que absorvê-los, e, se não o fizer, estará descumprindo um Termo de Ajustamento de Conduta que poderá levar o governo municipal a ter uma multa astronômica. Por isso, embora o governo já sinalize para receber vereadores, deputados e as entidades no dia 22, nós queremos dizer que é muito importante nós trabalharmos com a ideia da unidade, do diálogo, da compreensão, e até o Supremo está dizendo que não é preciso ter pressa, é preciso ter paciência e, acima de tudo, o interesse público na ideia de continuar esse atendimento à população, valorizando também todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão nesse processo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Alvoni Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Parkinson do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo à divulgação do X Congresso das Associações de Parkinson do Brasil. A Sra. Neusa Maria de Oliveira Chardosim, vice-presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. NEUSA MARIA DE OLIVEIRA CHARDOSIM: Boa tarde a todos. Muito obrigado pelo espaço que está sendo me oferecido. Eu faço parte da Associação Parkinson do Rio Grande do Sul, sou vice-presidente, sou psicóloga,

neuropsicóloga e mestre em gerontologia, faço um trabalho voluntário há 11 anos e hoje estou aqui para divulgar a nossa associação e o X Congresso das Associações de Parkinson do Brasil. Estamos sediando um congresso muito importante para a comunidade. A nossa associação é uma associação filantrópica, vive de doações, por isso estou aqui pedindo a participação de vocês e o apoio. Nós vamos sediar esse congresso no Teatro da Amrigs que estão no apoiando bastante.

O congresso envolve vários profissionais, porque o Parkinson envolve um tratamento multiprofissional, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, terapeutas ocupacionais, inclusive advogados para trabalhar na questão jurídica em termos de processos que o paciente necessita. A nossa associação é aberta à comunidade, nós temos uma sede administrativa e estamos acolhendo pacientes para dar apoio. O paciente chega a nossa associação, é acolhido para que tenha informações sobre como lidar com a doença, que tipo de tratamento ele está tendo, assessorar ele em vários aspectos e principalmente na questão emocional – o paciente chega a nós com muita demanda, muita depressão, com muitos sintomas que são bem clássicos, vocês já devem conhecer. O Parkinson é uma doença neurodegenerativa – a segunda doença depois do Alzheimer – que está afetando cada vez mais a população, principalmente jovens. Antes não se via jovens com Parkinson; era uma doença de idoso, e hoje a gente tem jovens com essa doença. Estão se fazendo estudos bem interessantes sobre alimentação, agrotóxicos, metais pesados que se alojam na base do cérebro e matam neurônios que produzem dopaminas, afetando o movimento; no idoso, isso ocorre por perda também de neurônios dopaminérgicos! Então, é muito importante que a população esteja consciente desse processo, que saiba que pode contar com a associação, que tem uma sede administrativa no bairro Petrópolis, em uma salinha – estamos procurando uma sede. Até não é querer pedir, mas se pudéssemos ter uma sede nossa, que não precisássemos estar dependendo de espaços que só temos às terças e quintas na Amrigs, que tivéssemos um espaço onde todos esses pacientes fossem acolhidos, inclusive os que vêm do interior que às vezes não têm uma referência, nenhum espaço para ficar, que ele então pudesse ser acolhido pela associação. Mas para isso precisamos muito do apoio da comunidade. Temos pessoas que estão também nos ajudando e querem instituir o dia estadual do Parkinson. Nós temos o dia internacional, que é dia 11 de abril; o dia nacional, que é dia 4 de abril, e agora queremos instituir o dia estadual do Parkinson. Então, o pessoal da Assembleia está nos ajudando – alguns deputados -, inclusive com projetos de lei para ajudar na assessoria a esses pacientes, junto aos postos de saúde, a toda essa organização da medicina para que esses pacientes sejam acolhidos. Então, o que a gente precisa é divulgar esse trabalho – estamos aqui para isso. Eu convido vocês para o X Congresso – quem puder se inscrever pelo *site* ccmew.com/parkinson2019 pode fazer até como uma contribuição. O paciente, o cuidador, as pessoas de modo geral pagariam R\$ 75,00 a inscrição por três dias de congresso intenso, ou os profissionais pagariam R\$ 150,00. Se vocês quiserem nos ajudar com alguma doação, eu estou à disposição para passar alguns dados, algum espaço, ou inclusive conta bancária. Nós temos toda a organização da APARS, está toda ela legalmente fundada, não tem nenhum problema legal, funcionamos abertamente

com toda a transparência. Estamos fazendo churrascos, galetos, rifas para arrecadarmos dinheiro para bancar esse congresso, o qual esperamos que seja um sucesso. Estou à disposição, se alguém gostaria de fazer alguma pergunta, algum questionamento, estou aqui para responder.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Dona Neusa Chardosim, queria fazer uma saudação pela sua presença entre nós. Quero dizer que eu estou agora formando estatística das pessoas que estão com a doença de Parkinson. Foi muito difícil de eu chegar no diagnóstico de que era a doença de Parkinson, então algumas coisas me chamam a atenção sobre o problema. Primeiro, a necessidade de conscientização que o parkinsonista tem que ter, ele tem que entender que tem a doença, aceitar que tem a doença, que é progressiva e que não tem cura. Segundo, o entendimento dos familiares do que é ter uma pessoa com Parkinson na sua casa. Às vezes, é impossível tomar banho. Às vezes, é impossível colocar a camisa, colocar uma meia, às vezes, é difícil. Então, a família tem que se conscientizar disso e que aquele que era importante um tempo atrás na família, agora, com todas as dificuldades, ainda continua pelo afeto importante da sua família. O cuidador é uma pessoa despojada, é uma pessoa misericordiosa, que tem que entender que, às vezes, até um prato de comida tem que ser trazido perto da boca, como uma sopa, que é tão difícil de carregar um prato de sopa quando a gente se serve no restaurante. Quando tomamos as medicações bem na hora certa, elas podem funcionar, e quando funcionam, funcionam como a senhora está vendo aqui hoje, que eu não estou tremendo e estou podendo falar. Mas tem vezes que não funciona a medicação, que não podemos tomar mais medicação, porque pode dar o fenômeno de pico, que é um monte de contração no nosso corpo. Então, eu faço aqui um chamamento para que possamos apoiar essas associações que se preocupam com Parkinson, porque, certamente, elas estarão ajudando demais uma pessoa que precisa de ajuda multidisciplinar: para falar é difícil, para engolir é difícil, para respirar é difícil, para namorar é difícil, tudo é muito difícil para um parkinsoniano. Então, fica aqui o meu gabinete à sua disposição no que pudermos trabalhar, junto com o meu querido amigo, que tem passado por um mandato brilhante aqui na Câmara – já disse isso para ele. Nós estamos à disposição, eu, como parkinsoniano, Ver. Humberto Goulart, médico cirurgião, que não pude mais operar por causa do Parkinson, mas continuo atendendo, fazendo consultas. Quero cumprimentar todos vocês, dizer que nosso gabinete está à disposição. O meu beijo, meu abraço grande, leve a minha mensagem de amor para todos parkinsonianos da sua associação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Alvoni, presidindo os trabalhos, quero saudar a vice-presidente da Associação de Parkinson do Rio Grande do Sul, Sra. Neusa Maria de Oliveira Chardosim; me permita, Sra. Neusa, já que o nosso colega, Ver. Dr. Goulart, que é o meu vizinho de bancada, eu acompanho diariamente a sua luta, eu não precisaria falar do que ele já falou aqui, mas eu aproveito a oportunidade, em nome do PP, deste vereador, da Ver.^a Mônica, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Nedel, de salientar aqui a programação do X Congresso das Associações do Parkinson, conforme folheto que os amigos trouxeram a esta Casa, de 24 a 26 de outubro, na AMRIGS, causas e diagnósticos da doença de Parkinson, manifestações motoras e não motoras da doença de Parkinson, formas de tratamento cirúrgico, medicamentoso e não medicamentoso; como cuidar do cuidador; tratamentos complementares nas doenças de Parkinson; questões legais e doença de Parkinson; doença de Parkinson e a importância das associações; como viver bem sem a doença de Parkinson e, encerrando, inovação na doença de Parkinson. Esta é a programação que a amiga traz a esta Casa, e eu fiz questão de divulgar depois daquela explanação de conhecimento profundo, passando no dia a dia esses problemas o Ver. Goulart. Eu só tenho a agradecer e desejar que vocês, neste X Congresso, tenham sucesso. É uma questão que muitas pessoas não entendem bem, por isso esse diálogo, por isso essa explanação, por isso este congresso, para desmistificar certas coisas e nós podermos entender. Eu confesso que eu não entendia bem, mas agora, ficando ao lado do Ver. Goulart, que tem altos e baixos, ali eu noto, mas ele é um lutador, e isso fez com que a gente conhecesse essa peculiaridade do dia a dia, esse perfil, essa luta constante do Ver. Goulart. Parabéns, contem conosco, que a sociedade se inteire, tenha conhecimento deste X Congresso, desta causa de vocês, que é maravilhosa. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente Alvoni. Quero cumprimentar a Associação de Parkinson do Rio Grande do Sul, cumprimento todos aqueles e aquelas que, no dia a dia, lutam e constroem não só a associação, mas dão visibilidade a essa doença, que atinge milhares de pessoas no Brasil, não sei qual é o percentual que atinge hoje, mas sei que é alto. E quero trazer aqui, em nome da bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, duas ou três mensagens. Gostaríamos muito que a sociedade toda pudesse conhecer com profundidade as doenças. Eu aprendi muito aqui neste período que estou na Câmara, aprendi que existem mais de cinco mil doenças raras, e muitas delas ainda não são diagnosticadas e, quando são diagnosticadas, tem dificuldade de os pacientes serem

reconhecidos e adquirirem seus direitos de aposentadoria e outros. Acredito que não seja diferente com os que sofrem do mal de Parkinson. Portanto, precisamos dar visibilidade sempre, o máximo possível, e o seu trabalho aqui conosco tem esse objetivo e esse sentido. Segundo ponto, que no X Congresso Estadual que vocês estão realizando, que traz um conjunto de iniciativas que o Ver. Cassiá já relatou, não podemos deixar de esquecer e defender o Sistema Único de Saúde, o SUS, que está sendo esvaziado, com cortes de recursos e assim por diante. Nós estamos na luta aqui em Porto Alegre para não demitir os 1.840 funcionários do IMESF até encontrarmos uma solução que garanta a continuidade do serviço de saúde, principalmente para quem não tem condições, a senhora sabe como funciona isso. Então, quero deixar o nosso abraço, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e dizer que contem conosco. Vida longa à Associação para enfrentar esses problemas do dia a dia no reconhecimento e no enfrentamento de uma doença tão potente como é o mal de Parkinson. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Alvoní, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e a Sra. Neusa Maria de Oliveira Chardosim, vice-presidente da Associação de Parkinson do Rio Grande do Sul. Também em nome da bancada do PDT, do meu partido, quero fazer uma saudação a essa iniciativa da realização do X Congresso das Associações de Parkinson do Brasil, e dizer que já existe um número expressivo de profissionais trabalhando pela divulgação do evento. Digo isso, porque eu presido o Rotary Club Porto Alegre/Norte, e a Eliane que é uma dentista, nossa colega, estava lá divulgando na última reunião nossa. Casualmente aqui o Ver. Comassetto falou em doenças raras, nós, na sexta-feira passada, recebemos lá a Dra. Jaqueline Cé e a Vanuza, que estavam falando sobre o Teste do Pezinho Ampliado, que é um projeto de lei, de minha autoria, que está em primeira sessão de Pauta hoje aqui.

É uma cópia de uma lei de Brasília, pois lá já se aplica o Teste do Pezinho Ampliado, que faz o diagnóstico de 53 doenças e não apenas de seis, como é feito hoje através do Teste Básico. Então, por ocasião desta pauta, na semana passada já se estava divulgando o X Congresso que hoje a senhora vem divulgar aqui, na Tribuna Popular. Mas eu acho que ninguém melhor do que o Dr. Goulart, que enfrenta essa realidade, trazer aqui o seu depoimento para que nós também possamos estar emprestando todo o nosso empenho e dedicação no sentido de divulgar essa importante atividade, dessa doença que tem assolado inúmeras, milhares de pessoas.

Que bom que nós podemos estar aqui, de alguma forma, também contribuindo para o sucesso desse evento e para o enfrentamento dessa doença, dando

um pouco de alento às pessoas acometidas e às suas famílias. São essas as nossas considerações e muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Alvoní, que preside esta sessão, senhora Neusa, quero cumprimentá-la e desejar sucesso ao congresso das associações de Parkinson do Brasil. Quero dizer que eu, infelizmente, em julho do ano passado, perdi o meu pai, vítima de Alzheimer. Quero dizer, sei, de dentro de casa, o impacto das doenças degenerativas. Um homem brilhante, um dos maiores advogados criminalistas que este Estado já teve, e a gente assistiu no dia a dia o definhamento da pessoa, o que é muito triste e, como disse o Dr. Goulart, é preciso um apoio técnico profissional adequado e também muito carinho, muito afeto, e sei que é exatamente o que vocês dão.

Quero cumprimentá-la em nome da nossa bancada – da Ver.^a Lourdes Sprenger, que está aqui; do Ver. Idenir Cecchim, nosso líder, do Ver. Mendes Ribeiro em meu nome. Dizer também que sou autor de um projeto de lei, cujo trâmite é difícil, mas que representa um gesto, nesse sentido, que propõe a redução dos valores de IPTU para as famílias que algum familiar sofra de uma série de doenças degenerativas. Porque eu digo que é difícil? Porque a Fazenda é muito resistente com relação a isso, em primeiro lugar. E as razões são até compreensíveis, pois, uma vez que se estabeleça o benefício, no final – queira Deus que a gente nunca perca, mas acabamos perdendo o familiar –, é complicado de ter o controle de quando aquele benefício que foi concedido em virtude da doença cessa, Ver. Alvoní. Por um lado, a Fazenda alegava isso, por outro lado, toda a vez em que há renúncia fiscal, nós temos que comprovar, porque a lei assim determina, que aquela renúncia significa um aumento da base de arrecadação o que não é o caso, especificamente nessas doenças, é mais uma questão de humanidade. Quando a gente sabe que, quando uma família está sofrendo com uma doença degenerativa, os gastos com medicação, os gastos com cuidadores se acrescentam de tal forma que a maior parte das famílias não tem meios, não tem recursos para dar um tratamento digno àqueles familiares que são adoentados. Eu tenho esse projeto de lei, insisto, que continua na Ordem do Dia da Casa. Quem sabe, um dia, nós consigamos achar uma alternativa para poder aprovar esse projeto de Lei. No mais, eu quero lhe cumprimentar, dizer da importância dessa luta e que, agora, há uns 60, 90 dias, eu acompanhei alguns laboratórios já licitados do Município de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul que fazem, como disse o vereador que me antecedeu aqui, o teste do pezinho simplificado. Levei até a Secretaria Municipal da Saúde, que atende, também, no convênio com o SUS, aqueles que veem para Porto Alegre, a possibilidade do teste ampliado do pezinho. Tenho lutado por isso, tenho conversado com o Secretário Pablo, tenho conversado com a Secretaria e tenho lutado pela possibilidade de nós fazermos o teste ampliado que é uma tecnologia que já está disponível, todos nós

sabemos. Na medida em que nós possamos fazer o diagnóstico precoce dessas doenças que são genéticas ou que são raras, nós possamos dar o tratamento adequado ou, pelo menos, ter previsibilidade ou até, se for o caso, sabendo com antecedência que aquela criança ou aquele bebê tem uma dessas doenças raras, fazer a correta prevenção e o tratamento para que essa doença não se desenvolva. Então, tenha, no meu mandato, do Ver. Valter Nagelstein, do meu gabinete e da nossa bancada, as portas abertas para nos somarmos a essa sua luta por todas essas questões: do teste ampliado do pezinho e da isenção de IPTU para famílias que tenham pessoas com Alzheimer, Parkinson, câncer nas suas diversas formas. Tudo isso está contemplado no nosso projeto de lei. Enfim, como lhe disse, vamos continuar lutando por isso. Quero desejar sucesso no seu congresso, quero desejar sucesso em todas as empreitadas que todos nós temos pela frente. Nunca se sabe qual família das nossas, eventualmente, pode, infelizmente, ter algum familiar acometido por uma doença dessas. Portanto, precisamos de solidariedade, precisamos de empatia nesse momento, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): A Sra. Neusa Maria de Oliveira Chardosim está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. NEUSA MARIA DE OLIVEIRA CHARDOSIM: Gostaria de agradecer os depoimentos que foram feitos, todos se complementam, começando pelo do Dr. Goulart, que falou sobre os sintomas que são superimportantes. Não é só tremor, quem treme não tem Parkinson; quem tem Parkinson não só treme. É uma rigidez muito difícil de lidar, inclusive para comer, para se trocar, então os sintomas são muito difíceis. E todos falaram aqui também da dificuldade também do custo do tratamento, por isso a gente faz um serviço voluntário tentando contribuir, porque são tratamentos diversos que este paciente tem que fazer. Os projetos de lei de isenção do IPTU são fundamentais, existem estados no Brasil que já conseguiram, Rio de Janeiro e São Paulo, então é importante que a gente lute para isso, pois mais um custo para eles não é legal. E a questão da prevenção. Temos biomarcadores na doença de Parkinson, porque é difícil de achar um diagnóstico preciso, que é a falta de olfato. Um dos critérios básicos que a gente pode ficar atento é quando a pessoa tem dificuldade de sentir cheiro, já pode ser um grande sinal para o início de uma doença. A depressão, dor nas articulações, dor nos ossos, isso tudo pode ser já um início da doença que a gente nem imagina, e que cada um de nós pode estar sujeito futuramente a um paciente ou familiar que tenha essa doença, por isso é muito importante também o nosso acolhimento aos cuidadores, porque os cuidadores têm um nível de stress muito grande para cuidar desse paciente, às vezes o cuidador vem a falecer antes do próprio paciente. A prevalência também. Estamos fazendo um estudo de prevalência no Estado para ver se a gente consegue chegar a um número de pessoas com doença de Parkinson. Não usem mais mal de Parkinson, porque não é um mal, é uma doença, e quem está acometido tem que aprender a viver com qualidade de vida. Três por cento da população mundial está

atingida por Parkinson. No Brasil há estudos que apontam 400 mil pessoas com Parkinson. Precisamos saber, aqui no Rio Grande do Sul, como está. Tem muitos agricultores que vêm do interior, que lidam com lavouras, com agrotóxicos, que manifestam o Parkinson. Então eu gostaria de agradecer, estou à disposição na Associação, nós temos site, temos Facebook, Instagram, é só entrar www.apars.org.br e nos ajudar nesta luta. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (Requerimento) (MDB): Sr. Presidente, venho requerer, com base no princípio da precaução e nos termos dos art.94, alínea "e", art. 102, §§ 6º e 7º, e art. 103 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre/RS, que seja encaminhada solicitação à Diretoria Legislativa desta casa para que seja informado ao Plenário: 1 - Se na Ordem do Dia existem, e se existirem, quais são os projetos de lei que violam os Precedentes Legislativos em vigência aprovados por esta Câmara; e

2 - Se na atual legislatura existiram, e se existiram, quais são projetos de lei que se transformaram em leis e que violam os Precedentes Legislativos em vigência na data da aprovação dos mesmos.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Alvoni Medina, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, público que nos acompanha pela TVCâmara e pelas galerias. Venho a esta tribuna tratar de um assunto, Ver. José Freitas, não dos mais agradáveis, mas eu não poderia deixar de repercutir a situação acontecida há dois dias, dia 15 de outubro, em Fortaleza, onde tivemos mais uma grande tragédia urbana. Um prédio desabou na cidade de Fortaleza, e agora há pouco, infelizmente, foi declarada a quinta morte; foram sete pessoas resgatadas e ainda cinco pessoas estão desaparecidas. Um prédio de sete andares e que não tinha nenhum registro de autorização de construção. Essa tragédia não é diferente do que aconteceu, ainda neste ano, em abril, lá no Rio de Janeiro, caso conhecido como tragédia de Muzema. Também outra situação, Ver. Delegado Cleiton, que retorna a esta Casa, lá no Rio de Janeiro, outro prédio que não tinha nenhuma autorização de construção, que estava completamente irregular, estava levantado e ruiu por completo, também deixando diversos mortos. Nós tivemos, no Rio Grande do Sul, em 2009, um caso semelhante em Capão da Canoa: um prédio desabou e também fez alguns mortos. Naquela época eu era secretário de obras, e nós instituímos, por decreto, o laudo de inspeção predial, fazendo uma adequação, uma regulamentação no Código de Edificações, mas não pudemos aprofundar, porque o Código de Edificações tinha algumas limitações. Então, acompanhados do CREA, o prefeito José Fortunati, na época, fez um decreto regulamentador.

Quando cheguei a esta Casa, em 2013, comecei a trabalhar na perspectiva de construir uma legislação que pudesse abarcar essa situação; e em 27 de dezembro de 2016, foi sancionada a Lei Municipal nº 806, de nossa autoria, que dispõe sobre a realização de inspeção em edificações no Município de Porto Alegre. Esta lei tinha um ano para entrar em vigor, ou seja, ela já está vigorando desde 27 de dezembro de 2017.

Ontem eu fiz um contato com o secretário Germano, da SMAMS, cuja pasta assumiu as atribuições do antigo urbanismo, pedindo informações preliminares, as quais ele está buscando, e informando que eu faria formalmente um pedido de informações aqui pela Câmara Municipal para saber como estão sendo fiscalizadas as atribuições desta legislação, porque está lá disposto que estão dispensadas de apresentar o laudo apenas as residências unifamiliares e as multifamiliares com até dois pavimentos; todas as outras construções têm obrigatoriedade de apresentação desse laudo, que deve vir acompanhado de responsabilidade técnica ou de um engenheiro ou de um arquiteto. Esse laudo tem validade de cinco anos; a cada cinco anos os condomínios, todos aqueles prédios que têm mais de dois pavimentos, precisam, então, apresentá-lo, que é um laudo de estabilidade estrutural. Quando você faz uma construção, você pega primeiro um licenciamento, depois, Ver. Cassiá Carpes – que foi secretário de obras –, a Prefeitura vai lá e faz...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): ...após o licenciamento da construção, o proprietário faz a solicitação da vistoria, e o vistoriador, que é um técnico da Prefeitura de nível superior, vai lá e verifica se o projeto foi executado de acordo com aquilo que foi aprovado. Estando executado dessa forma, emite-se o chamado habite-se, a carta de habitação, que é o que dá as condições para a habitabilidade. Após isso, nunca mais é feita nenhuma fiscalização, não era feita nenhuma fiscalização, até nós aprovarmos aqui a Lei nº 806, em 2016, que tem eficiência desde 2017. Agora, no dia 15 de abril, casualmente, em uma data muito semelhante ao caso do Rio de Janeiro – a tragédia no Rio foi em 12 de abril –, a SMAMS publicou no seu *site*, que é o *site* da Prefeitura, um alerta sobre a obrigatoriedade do laudo predial, ou seja, estamos tendo ações de fiscalização. Agora pedimos a complementação dessas ações para sabermos quantos prédios foram autuados, quantos apresentaram os LPCIs, quantos foram multados para que com essa medida preventiva nós possamos mitigar, prevenir qualquer tipo de situação desse tipo na cidade de Porto Alegre. Vamos ficar em contato com o secretário e, assim que tivermos as informações, vamos dividir com os nobres colegas. Muito obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna em tempo de liderança do meu partido para, infelizmente, ao invés de celebrar, pois estamos na semana do Dia dos Professores, lamentar. Na terça-feira passada, para os que puderam acompanhar pelos veículos de comunicação, nós tivemos um triste acontecimento, exatamente no Dia dos Professores, uma professora sofreu uma agressão dentro da sua sala de aula, no bairro Bom Jesus, numa das escolas da rede municipal de ensino, na EMEF Nossa Senhora de Fátima. O que mais me entristece não é a agressão em si, mesmo porque se precisa investigar, e isso fica a cargo dos órgãos de segurança da nossa cidade e do nosso Estado, a real situação. O que mais eu lamento é justamente a posição daqueles que têm o dever de garantir a segurança para as comunidades escolares, e *a priori* o secretário de educação, senhor Adriano Naves de Brito, aquele que é o gestor, aquele que é o responsável direto por essas escolas, aquele que tem a caneta na mão para tomar decisões e colocar em prática atitudes ou procedimentos que garantissem segurança aos nossos professores e aos nossos estudantes, não o faz. E quando publica uma nota, esta vem trazer lamento a todos nós.

Eu vou ler a nota que foi publicada no Gaúcha ZH, do CLICRBS, que diz o seguinte: (Lê.): “Ao tomar conhecimento de caso de agressão ocorrido nesta terça-feira, 15, a Prefeitura ofereceu suporte à Escola Municipal de Ensino Fundamental, Nossa Senhora de Fátima, bairro Bom Jesus. A Secretaria Municipal de Educação entrou em contato por meio do grupo de suporte do programa Acesso Mais Seguro desenvolvido em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha que orientou a equipe da instituição de ensino ...[a escola orientou! Orientou o quê? A professora já tinha apanhado dentro da sua sala de aula! Vai orientar o quê? Como apanhar melhor? Isso é ridículo!] A escola já recebeu a formação na metodologia que desenvolve protocolos de comportamento para minimizar os efeitos da violência. [Por favor!] A Guarda Municipal acompanhou os envolvidos à delegacia de polícia para registro da ocorrência. A área pedagógica da SMED orientou que a escola mantivesse o atendimento aos alunos. [O que não ocorreu nessa tarde.] E ofereceu a ação do Círculos de Paz e Justiça Restaurativa desenvolvidos pela pasta.” Não dá para esperar que um evento violento aconteça para tomar alguma iniciativa. As pessoas não precisam ser geniais para perceberem que a prevenção é muito mais eficiente, muito menos traumática do que o tratamento de qualquer ato, de qualquer doença, de qualquer problema grave como esse. O secretário é uma pessoa irresponsável quando publica uma nota dessas lamentando, dizendo que a escola foi orientada, coloca-se à disposição. Coloca-se à disposição para quê? No início do ano passado, retiraram todos os guardas municipais das nossas escolas. O secretário pessoalmente veio à Câmara de Vereadores e garantiu que a substituição dos guardas municipais seria feita por equipes contratadas de portaria, porque o serviço do guarda não é ser porteiro em escolas, garantiu que teríamos contratação de uma empresa para prestar serviço de portaria. Essa empresa foi

contratada e ficou quatro meses, quatro meses em 2018, desapareceu. E o que temos? A Prefeitura instalou acionamento de portão eletrônico para abertura automática dos portões porque, desde a interrupção do contrato com a empresa, eram os diretores e diretoras que tinham que abrir e fechar portão para a entrada e saída de pessoas nas escolas. O serviço de porteiro com o diretor de uma instituição....

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...Muito obrigado, Ver. Medina. Essa é a falta de respeito que esse governo impõe à educação do nosso Município desde o início de 2017: falta de diálogo, imposição de regras absurdas sem o menor conhecimento do que está acontecendo nas nossas escolas. Casos de agressão graves dentro de sala de aula não podem acontecer, nós precisamos ser preventivos e não terapêuticos. A política pública não pode ficar apagando incêndio, nós temos que prevenir que os incêndios não aconteçam. Isso é menos traumático, é mais salutar para a nossa sociedade. Como se ensina e estuda com medo o tempo inteiro? Essa é uma das explicações para o nosso baixo rendimento do suposto mau trabalho desenvolvido.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Casa de Apoio Madre Ana, trazido pelo Sr. Carlos Saldanha, diretor de relações internacionais da Santa Casa de Porto Alegre.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Carlos Saldanha, diretor de relações internacionais da Santa Casa de Porto Alegre; a Sra. Vanessa Siviero, coordenadora da Casa de Apoio Madre Ana.

O Sr. Carlos Saldanha, diretor de relações internacionais da Santa Casa de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. CARLOS SALDANHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar o Presidente da Mesa, o Ver. Alvoni Medina; em nome dele, todos os demais vereadores. Trago uma saudação especial do provedor da Santa Casa, o Dr. Alfredo Englert, que é um ex-desembargador que hoje empresta sua credibilidade pública a gerir com extrema capacidade a Santa Casa, levando a mesma a um estágio de atendimento, de assistência à saúde pública que é digno de nota. Eu também gostaria de agradecer a abertura deste espaço pela

Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que nos proporcionou este espaço que é bastante importante para nós.

Por que falar em nome da Santa Casa antes da Casa Madre Ana, que é o objeto da nossa presença aqui? Porque, para a gente entender a dimensão do trabalho da Casa Madre Ana, é fundamental que a gente lembre, pelo menos, que – evidentemente que todos os senhores conhecem bem a Santa Casa, ela é muito mais que um patrimônio de Porto Alegre, é um patrimônio do Estado, é um patrimônio do País, talvez –, é importante lembrar alguns dos números, dos grandes números da Santa Casa, para que a gente consiga entender a dimensão da importância da Casa de Apoio Madre Ana. Para os senhores terem uma ideia, em 2018, nós tivemos mais de 1 milhão de consultas ambulatoriais realizadas na Santa Casa; foram 60 mil internações; 67 mil procedimentos cirúrgicos realizados na Santa Casa; foram mais de 6 milhões de procedimentos médicos gerais – desde um exame de sangue até uma tomografia computadorizada –; e 110 mil atendimentos de emergência e urgência para pacientes SUS. Então, é uma dimensão assistencial muito significativa. Para os senhores terem uma ideia, são 660 mil atendimentos em 2018 apenas para pacientes de Porto Alegre. É um número extremamente significativo, especialmente se nós colocarmos no contexto da saúde no nosso Município e no Estado em geral.

Fora de Porto Alegre, nós atendemos pacientes de 485 municípios do Rio Grande do Sul, nos perguntamos por que 11 municípios não tiveram pacientes na Santa Casa, mas, enfim, é um número extremamente importante, e, de fora do Estado, tivemos 70.217 pacientes de 23 estados brasileiros. Aqui a gente começa a entender a importância da Casa de Apoio Madre Ana, que é o que nos traz aqui hoje. Uma das grandes especialidades da Santa Casa hoje, capitaneada pelo Hospital Dom Vicente Scherer, é o transplante. O Hospital Vicente Scherer é o único centro médico no Brasil que faz todos os tipos de transplantes conhecidos. Ainda hoje, não há um centro médico no Brasil que realize todos os tipos de transplantes que existem. Para os senhores terem uma ideia, em 2018 foram realizados 627 transplantes de todos os tipos, de todas as naturezas no Hospital Dom Vicente Scherer, e, somente este ano, de janeiro até hoje, foram realizados 492 transplantes. Por que esses números todos? Porque eles nos mostram que, além de toda essa grandeza de assistência médica que a Santa Casa tem na sua natureza, no seu DNA o dever de prestar, ela, por uma dessas coisas do destino, enfim, muito mais do que do destino, em função da capacidade e da credibilidade que conquistou ao longo dos 216 anos em que existe na sociedade, ela teve uma doação das freiras, a minha colega Vanessa vai falar um pouquinho mais disso, da Casa de Apoio Madre Ana, que é uma casa, hoje, que atende a familiares e pacientes de transplantes de todo o Brasil. Ela recebe esses pacientes sem custo algum, eles ficam morando nessa casa de apoio por tempo indeterminado, enquanto durar o seu tratamento, e daí a importância dessa casa. Eu agradeço a atenção de todos, e vou pedir para a minha colega Vanessa vir falar para vocês especificamente da Casa de Apoio Madre Ana.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): A Sra. Vanessa Siviero está com a palavra.

SRA. VANESSA SIVIERO: Boa tarde, eu queria agradecer a todos que estão aqui hoje, à equipe da COSMAM, aos vereadores que nos abriram esta oportunidade de falar um pouco da Casa de Apoio Madre Ana.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

SRA. VANESSA SIVIERO: A Casa de Apoio Madre Ana surgiu da necessidade de acolher os pacientes que vêm para tratamento e não têm onde ficar. O que acontecia anteriormente? Essas pessoas vinham a Porto Alegre e acabavam, muitas vezes, dormindo nas ruas, porque esses pacientes com as suas mães não tinham onde ficar. E quando uma criança, um adulto entra numa fila, numa lista de transplante, ele tem que estar próximo do local onde vai ser o transplante. Então, infelizmente, essas mães muitas vezes acabavam dormindo nas ruas, e a iniciativa da Santa Casa, capitaneada pelo Dr. Fernando Lucchese, foi justamente acolher essas pessoas que precisavam de apoio nesse momento tão sensível do tratamento médico.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

SRA. VANESSA SIVIERO: Hoje a nossa casa conta com 60 leitos para acolher famílias que vêm a Porto Alegre para tratamento. A casa oferece todas as refeições, acolhimento, desde que essa pessoa chega, ela recebe tudo aquilo de que precisa. Muitas vezes nós recebemos pacientes que vêm do Norte e do Nordeste, ou seja, eles vêm às vezes sem uma roupa adequada, sem fralda para criança, e a casa oferece tudo isso na chegada a Porto Alegre.

Esta casa foi fundada há mais de três anos, então hoje acolhemos mais de 2,5 mil pessoas, e os principais tratamentos médicos que elas vêm fazer são tratamentos oncológicos – crianças e adultos com câncer –, pessoas que aguardam transplantes ou cirurgias cardíacas. Não existem outras casas de apoio para cirurgia cardíaca. Então o Dr. Lucchese fez questão que a casa acolhesse todas as patologias médicas, pessoas que vêm do Norte, do Nordeste, do interior do Estado e pessoas de baixa renda, todas com tratamento na Santa Casa. Esta paciente que vocês estão vendo veio da Paraíba e ficou um ano e dois meses aguardando, junto com a filha, um transplante renal. Ela foi acolhida pela Casa de Apoio Madre Ana durante todo esse período para que a sua filha pudesse fazer o transplante e se recuperar.

Como eu tinha comentado com os senhores, 60% dos nossos pacientes e hóspedes vêm de outros estados. Por exemplo, a Paraíba já encaminhou mais de 200 pacientes para a Casa de Apoio Madre Ana. Amazonas era o único estado que não tinha encaminhado e agora já temos uma menina de Manaus, então todos os estados do Brasil já vieram para tratamento e já foram acolhidos na Casa de Apoio Madre Ana. Nós também recebemos muitos pacientes do interior do Estado, principalmente para

tratamento oncológico, e muitos pacientes de Santa Catarina para tratamento médico. Desses pacientes que recebemos, 70% são direcionados do Hospital da Criança Santo Antônio. Quando esse paciente chega lá, é identificado pelo serviço social que ele precisa de atendimento, o serviço social aciona a Casa de Apoio Madre Ana e nós recebemos eles na casa para que eles possam ter tudo aquilo que eles precisam. Trouxe alguns exemplos de pacientes nossos, o Raiuri já transplantou, está muito bem agora, voltou para Paraíba. Vocês podem observar algumas atividades que a gente faz na casa de apoio. A gente oferece oficina para que essas mães possam voltar e ter também uma qualificação, uma oportunidade de geração de renda. Nós também oferecemos o acolhimento espiritual, que é muito importante para eles. Quando eles chegam, eles estão passando por essa questão da doença, do sofrimento, então a casa de apoio faz questão de acolhê-los, dar esperança, fé e mostrar a eles que essa cura vai acontecer e que a gente está lá para dar todo o suporte nesse período enquanto eles aguardam, enfim, quando eles estão fazendo o tratamento.

Oferecemos também uma biblioteca. A nossa madrinha é a Tânia Carvalho. A Tânia capitaneou essa iniciativa de montar uma biblioteca para todos os pacientes e funcionários da Santa Casa. Hoje a gente já conta com mais de sete mil livros, todos proporcionados gratuitamente e através de doações da comunidade. Temos também a brinquedoteca em que oferecemos um espaço de lazer para as crianças. Aqui, vocês podem ver, é uma das nossas atividades, a casa tem essa proposta, a gente traz, por exemplo, pet-terapia, que é algo comprovado que ajuda o paciente no tratamento. A casa já recebeu o troféu Senar como prêmio de ação social. Queria aproveitar esse espaço para dizer a vocês que a Casa vive de doações, ela não utiliza nenhum tipo de recurso do hospital, vivemos inteiramente de doações da comunidade, de pessoa física, jurídica, apoio de organizações; então queria deixar este pedido aos senhores que também possam nos apoiar e divulgar esse trabalho que é muito importante, que vive inteiramente de doações.

Nós temos uma meta de expandir a casa para poder dobrar a capacidade e receber mais e mais pacientes. Então, gostaria de contar com o apoio de vocês. Todos estão recebendo aqui nosso fôlder, em que estão nossos contatos, nossas redes sociais, que são bem importantes. Convido a todos para que acessem, curtam a nossa página, conheçam esse trabalho que a gente está fazendo lá, que é muito importante, com o apoio da Santa Casa e dos nossos voluntários. Convido também para que nos visitem e conheçam nossa Casa de Apoio Madre Ana. Meu agradecimento; boa tarde a todos!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores, Ver. Alvoni Medina, que preside esta sessão, público que nos assiste. O que falar depois do Carlos e da Vanessa, o que falar depois de vocês? Os vereadores que compõem a

COSMAM – Ver. André Carús, Ver. Hamilton, Ver.^a Cláudia, Ver. Oliboni, Ver. Delegado Cleiton, Ver. Paulo Brum, e este vereador – estiveram em visita à Casa de Apoio Madre Ana; eu não pude ir, tinha um compromisso. Naquele dia, foi visto a possibilidade de os senhores virem aqui. A intenção era justamente essa, de o público que está nos assistindo pela TVCâmara e os colegas vereadores conhecerem um pouquinho mais desse trabalho. Nós só temos, na verdade, que parabenizar pelo trabalho da Casa de Apoio Madre Ana. Eu fiquei conhecendo o trabalho através da emissora de televisão, em que vocês participaram há poucos dias, se não me engano, no mês passado, eu ouvi na RBS, que apresentou todo esse trabalho de vocês. Os números de todos os atendimentos que vocês fazem não deixam mentir. Sabemos o quanto é importante esse suporte que vocês dão não somente para as famílias, mas, especialmente, para os pacientes transplantados, esse suporte é fundamental.

Então, na verdade, queremos rogar para todos aqueles que nos assistem que venham conhecer um pouquinho do trabalho da Casa de Apoio Madre Ana, que venham ser também apoiadores. Eu conheço pessoas que querem ajudar e não sabem a quem. Então, fica aqui esse registro. A Casa Madre Ana fica na Rua Vigário José Inácio, 741, telefone para aqueles que nos assistem é o 3228-5208. O primeiro objetivo é que mais pessoas conheçam o trabalho, por isso que nós, da COSMAM, trouxemos vocês aqui nesta tarde, para que mais pessoas fiquem conhecendo o trabalho realizado pelos senhores e que muito mais apoiadores venham a se somar ao trabalho de vocês. Esta Casa está sempre à disposição de vocês. Contem conosco, contem com a COSMAM. Sucesso e vida longa para a Casa Madre Ana. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (PRB): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Sr. Presidente, Ver. Alvon Medina; Ver. José Freitas, que estava como presidente em exercício da nossa comissão; eu quero saudar aqui o Sr. Carlos Saldanha, diretor de relações internacionais da Santa Casa de Porto Alegre, e a Vanessa Siviero, coordenadora da Casa de Apoio Madre Ana. Estou falando aqui em meu nome, em nome do Partido Social Cristão, também em nome do Democratas, o Ver. Pujol pediu que fizéssemos essa fala de exaltar esse trabalho. Nós estivemos lá, como Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e nos surpreendeu toda a estrutura, todo o trabalho, todo o carinho, toda a dedicação da equipe de trabalho para pessoas que estão ali numa situação bem vulnerável, acompanhando seus familiares, porque a gente sempre fala que, quando alguém está doente, a família fica doente junto. E vocês, nesse belíssimo e lindo trabalho, que, aliás, muita gente em Porto Alegre não conhece, até por isso que a comissão propôs trazer para a Câmara de Vereadores para exaltar, destacar esse trabalho, até para levantar apoiadores para a Santa Casa, ou a Casa de Apoio Madre Ana. Para nós, é um privilégio podermos destacar um trabalho tão lindo em um mundo de tantas notícias ruins, darmos

uma notícia boa, que existem pessoas realmente preocupadas. Queremos parabenizar todo o trabalho da Santa Casa e desejar que Deus abençoe vocês grandemente na continuidade desse trabalho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, nossos visitantes, eu resolvi falar, porque esse trabalho toca muito o meu coração, porque, exatamente há 40 anos, quando em Bagé não existia hemodiálise, a minha irmã teve que vir para Porto Alegre fazer hemodiálise, minha mãe teve que vir junto, e não tínhamos onde parar aqui. Se não fosse o hotel de trânsito do Clube Geraldo Santana, meu pai era militar, nós não teríamos onde parar. E lá ficamos durante um ano. E a minha mãe foi quem doou um rim para minha irmã. Minha mãe morreu com 90 anos e a minha irmã viveu 26 anos com o rim da minha mãe. Então, ter uma casa como essa para poder abrigar as pessoas, espiritualizar as pessoas, alimentar as pessoas, isso é de grande importância, só quem precisa sabe valorizar um trabalho desses. Só quem passou por isso sabe a grandiosidade de ter um lugar para poder, pelo menos, ter a tranquilidade de botar a cabeça no travesseiro e orar pela melhora do seu ente. Então, parabéns, quero ser voluntário lá, se precisar, para abrir as portas, porque eu tive essa experiência, que não foi nada boa. Parabéns, muito obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Alvoni, eu não queria perder a oportunidade, quero saudar nossos visitantes, Dr. Carlos Saldanha, Diretor de Relações Institucionais, e a Vanessa Siviero, coordenadora da Casa de Apoio Madre Ana. Quero dizer que fiquei muito feliz de ver a minha amiga Tânia Carvalho, minha conterrânea bageense, querida amiga, sendo a garota propaganda de vocês. Um desses tantos pacientes aí da Santa Casa, no ano passado, fui eu, presidente aqui desta Casa que era, fiquei dez dias internado na Santa Casa num episódio de diverticulite. Posso dar o testemunho da excelência dessa instituição reconhecida no mundo hoje. As pessoas vêm do Brasil todo para se submeter aos transplantes das equipes, as mais qualificadas possíveis que nós temos aqui na Santa Casa, que não devem nada para nenhuma instituição mundial. Só que esse olhar é um olhar generoso, fraterno da natureza da qual foi gerada a própria Santa Casa de caridade, de receber pessoas que estavam padecendo de alguma doença. Dessas todas que vêm do Brasil todo, eu estava vendo: 40% são do Rio Grande do Sul, mas 60% são do restante do País. Tem gente que vem aqui, Presidente, que consegue um dinheirinho para uma passagem para poder acompanhar um filho, atravessam o Brasil com uma malinha de mão, buscando a

salvação, e encontram aqui na Santa Casa a salvação. Lá do Acre, do Amazonas, de Roraima, de Rondônia, do outro lado do nosso País vêm para cá para Santa Casa e encontra aqui, na Casa Madre Ana, esse apoio, esse albergue, esse carinho, que são fundamentais.

Eu quero cumprimentar vocês. Quero dizer que os nossos gabinetes aqui, da Ver.^a Lourdes Sprenger, o meu, do Ver. Idenir Cecchim, do Ver. Mendes Ribeiro, eu vou pedir aos nossos vereadores para divulgar cada um nas suas mídias os telefones de doação que a gente pode fazer. Não sei se vocês têm renúncia fiscal também? Recebem Funcrância, essas outras? Também de divulgar essas questões, para, no final do ano, as pessoas poderem destinar o recurso do imposto de renda lá para sustentar a Madre Ana e sustentar, obviamente, a Santa Casa, que vive muito disso também, mas de todos os seus hospitais – Hospital Santo Antônio, Hospital São José –, todos os hospitais que a Santa Casa tem nesse trabalho maravilhoso. Quero cumprimentar, quero dizer que cada um que faz um pouco desse trabalho constrói o mundo de Deus na Terra, que é, acima de tudo, fazer o bem. Quem salva uma vida salva toda a humanidade. E é isso o que vocês têm feito todos os dias. Parabéns a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Sr. Carlos Saldanha está com a palavra em Comunicações, para suas considerações finais.

SR. CARLOS SALDANHA: Eu só gostaria de agradecer por esse espaço aberto para a nossa presença aqui. A Santa Casa e naturalmente a Casa de Apoio Madre Ana dependem muito do suporte de pessoas da sociedade civil e, quando eu falo em sociedade civil, falo da classe política como representante dessa sociedade toda. É fundamental para as iniciativas que podem garantir o sustento de uma Casa como essa. O depoimento do Ver. João Bosco foi muito bacana no sentido de que só quem sabe, só quem tem a necessidade entende a grandiosidade de um trabalho desses. Eu convivo com a Vanessa há um tempo, ela é um anjo na Terra, essa menina realmente faz um trabalho admirável, a dedicação dela é realmente algo extremo, mas é uma Casa que precisa de recursos o tempo inteiro e qualquer suporte é bem-vindo. Então, mais uma vez, o nosso agradecimento sincero por podermos trazer esse trabalho aqui. A Santa Casa naturalmente também precisa muito do apoio dos senhores e da sociedade civil, mas nesse caso específico, a Casa Madre Ana agradece de coração a nossa presença aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Muito obrigado. Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h34min.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) – às 15h37min: Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, Ver. Alvoni, que preside esta plenária e vereadores; o tema que trago hoje, em nome da minha bancada composta pelos vereadores Idenir Cecchim, Valter Nagelstein, Pablo Mendes, é sobre um projeto muito importante que já apresentei nesta Casa e, para a nossa satisfação, a Assembleia Legislativa aprovou, parcialmente, o que tínhamos aqui, mas, agora, em nível estadual. São dois projetos que se completam e que me chamaram a atenção. Um dispõe sobre a comercialização e uso de fogos de artifícios e artefatos pirotécnicos, e outro que proíbe manuseio, utilização e queima e soltura de fogos de estampidos e de artifício.

Nós defendemos o fim da comercialização, o fim do uso desse tipo de artefato desde quando chegamos aqui, em 2013. Apresentamos um primeiro projeto, ele foi inconstitucional, e, depois, melhoramos e apresentamos o segundo, retirando o alvará para esse tipo de comercialização na cidade de Porto Alegre. Mas, como nós somos Legislativo, não poderíamos escolher o tipo de fogo a ser adotado na cidade. O que defendemos são os fogos a laser ou shows luminosos, hoje já tem até shows com drones em outros países. Era isso o que queríamos, para que não ter sequelas, para não ter óbitos, para não deixar, principalmente, pessoas, em hospitais, convalescendo com todo esse fogueatório que tem em determinadas solenidades, em determinadas datas. Também, para proteger os autistas, o que me tocou muito, pois, na época, pessoas nos procuraram dizendo da situação dessas pessoas especiais que não entendem o que está acontecendo e sofrem alterações emocionais muito grandes. Esse projeto passou na Câmara em 2016, mas, para a nossa tristeza, um vereador que não é mais da Casa, um médico, que hoje não é mais vereador, apresentou uma outra proposta e derrubou a minha lei em 2017. Para a minha satisfação, esses dois deputados levaram avante. Então, ficou a comercialização com restrições, que vão desde a exigência de alvará e PPCI do local que vai revender, e realizado por técnicos de empresas com capacidade para utilização desses equipamentos, desses artefatos, e também autorizados pelo órgão ambiental. Outro projeto já proíbe a queima e soltura de fogos de estampidos e de artifícios com efeito sonoro. Mas o que foi aprovado? Que até 100 decibéis é possível. Também queremos dizer que os estrondos desses artefatos chegam a 140 decibéis. Mas já está bom, tudo o que chegar até 100 é permitido, acima não pode. Então não temos tudo, como é tão difícil devido ao *lobby* dos fogos de artifício, não vai mudar tanto, mas vai ter um controle maior.

Quero dizer que nosso projeto de retirada do alvará de Porto Alegre vai continuar, porque é um complemento desses daqui. Essas empresas que são poucos representantes, elas têm que se adequar, têm que buscar tecnologia, têm que buscar não causar tantos danos à saúde, tantos custos com aposentadoria precoce. Nos últimos jogos, mesmo, foi algo chocante, onde a pessoa está com o foguete na mão, que não

explode; ele vai olhar, abre toda a mão. Quem vê esse vídeo fica horrorizado! É de um torcedor de um time que vinha jogar aqui e foi divulgado em WhatsApp para todo o Brasil. É muito chocante, e acho que isso sensibilizou os deputados na Assembleia Legislativa a aprovarem todas essas alterações. Não tem por que estarmos com esse obsolescência que causa danos. E mais, os animais também sofrem muito, se atordoam, se enforcam em correntes, pulam muros, escapam, provocam acidentes. Tudo isso a gente sempre defendeu, então estou satisfeita e quero cumprimentar esses deputados que aprovaram esses dois projetos de lei na Assembleia Legislativa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Alvoni Medina, Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero discorrer por vários temas aqui; o Ver. Cassio Trogildo se referiu ao desabamento do prédio em Fortaleza. Agora, vocês imaginem, Ver. Alvoni, um prédio, construído, há mais de dez anos, sem habite-se, sem conhecimento da Prefeitura. É impressionante, sem condições nenhuma de estar naquele local. Aqui em Porto Alegre, a gente tem menos, mas tem que ter cuidado. Aqui nós temos, invariavelmente, a questão das marquises. Em períodos em que chove demais, principalmente quando o inverno é chuvoso, essas marquises malfeitas, mal orientadas, mal fiscalizadas pela Prefeitura, acabam caindo e já mataram até gente em Porto Alegre. Então muito cuidado! Isso se refere também, imagem aquele prédio lá – vamos trazê-lo a Porto Alegre –, é um prédio ilegal, em que as pessoas não pagavam IPTU, e como é que passava com centenas de pessoas morando num prédio e ninguém entregava ninguém. E não entregavam porque o prédio era ilegal, era um conluio impressionante. Não consigo admitir que um prédio, ninguém fale para a Prefeitura que aquele prédio é ilegal. Aqui em Porto Alegre, o gaúcho tem essa tradição: se tiver um galho caído para o terreno dele: “Olha, esse galho não é meu, tem que vir a Prefeitura tirar”. Entregam e brigam por detalhes. A gente tem que ter muito cuidado, nós temos que fazer um cadastramento, Ver. Adeli, nós temos milhares de imóveis em Porto Alegre ilegais, sem habite-se, portanto, não pagam IPTU. Houve a preocupação da Prefeitura de taxar, aumentar a alíquota, e não, de fiscalizar a cidade. Isso é muito importante.

Eu quero citar alguns aspectos aqui, aproveitando a presença do Adeli, não é uma crítica, até porque vou começar pelo aspecto ruim. Eu votei no Bolsonaro, mas estou torcendo, Adeli, que o seu filho não seja conduzido aos Estados Unidos como embaixador. Estou torcendo que o Senado vote contra, não tem cabimento. Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. Sou contra, ele se elegeu para ser deputado federal, eu acho que eles estão atrapalhando mais o Presidente, do que ajudando. Então também temos que olhar esse caminho. Mas quero citar aqui, Adeli, uma coisa que a esquerda se vangloria, que é o Bolsa Família, e o Presidente Bolsonaro instituiu 13º salário, Ver.

João Bosco, para o Bolsa Família, jamais iam imaginar que um comandante, um presidente de direita fosse determinar, então nós temos que elogiar. Agora, nós temos que continuar cuidando, porque tem muita gente ainda que recebe o Bolsa Família e que não tem direito ao benefício – e eu conheço um, aqui em Porto Alegre –, há esse aspecto, já estão sendo denunciadas, pessoas que não têm direito ao Bolsa família, o deputado Terra já tirou fora da listagem mais de 3 mil pessoas. São 13 milhões de pessoas em todo o País que recebem o Bolsa Família e vão receber seu 13º salário, a maior busca de crédito dos últimos anos está acontecendo no Brasil, porque o juro está baixando.

Para concluir meu raciocínio, quero tocar num ponto. Estou vendo que hoje passaram por aqui, deram presença 35 vereadores. Hoje não temos Ordem do Dia, mas segunda e quarta-feira, dois dias importantes que têm Ordem do Dia, não tivemos quórum. É inadmissível! O que eu noto aqui é que nós temos que estar segunda e quarta-feira aqui dando presença; agora, o governo tem que melhorar sua base. Eu sou daquele grupo independente, mas estou sempre aqui, quero votar, que ganhe o que é a favor ou o que é contra. A oposição faz a sua forma de protelar, empurrar com a barriga, está no seu jogo, mas o governo tem que ter a sua maioria, e diz que tem. O que eu, mais ou menos, estou notando, é que essa maioria do governo me parece que quer mais uns carguinhos lá no governo, está meio desprestigiada, não quer votar, essa base do governo está interessante, é um mistério, ou seja, querem mais cargos – querem mais cargos para votar projetos do governo! Para concluir, está aqui a relação: o Executivo tem 25 projetos aqui. Como vamos votar isso até o final do ano se não tiver presença na Ordem do Dia? Vinte e cinco projetos, mais os projetos dos vereadores, que são dezenas? Pelo amor de Deus, gente, vamos estar aqui segunda e quarta e vamos votar “sim” ou “não”, mas nós temos que votar, é muito vergonhoso para a Câmara.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Alvoní Medina, conduzindo os trabalhos, antes eu não pude falar, mas eu queria parabenizar o Ver. Freitas e o pessoal pelo período de Comunicações que houve aqui até o momento. O Ver. Cassiá Carpes tem razão, mas quem tem que garantir quórum para a votação é a base do governo. Neste momento, aqui, onde está a base do governo? Está bem, hoje não tem uma votação de projetos, mas todo mundo sabe quem está aqui às 14h e quem está aqui às 14h15min, então, sem comentários.

Eu preciso falar sobre várias coisas. Queria falar da CPI que tivemos hoje de manhã aqui, a coisa não está indo bem. Eu vou insistir, vou falar em outro momento fazendo uma análise dessa CPI – inclusive, por escrito – para tentar publicar na mídia,

já que as notícias sobre a CPI na mídia não me convencem de que tratam essa CPI com seriedade.

Eu vou falar é do Mercado Público, porque, hoje, o governo municipal chamou uma audiência pública naquele cubículo que ele chama de auditório da administração, no 14º andar do prédio da Prefeitura, lá no Centro, na Rua Siqueira Campos. Mais da metade das pessoas que foram à audiência pública não puderam entrar, e a Prefeitura simplesmente manteve a audiência pública. Nós dissemos que esse era um lugar completamente inadequado – completamente inadequado! –, meus caros vereadores que me ouvem aqui, e ninguém falou nada, absolutamente nada. Eu sei que havia seis investidores presentes; devem ter saído com cara de tacho. O secretário falou que em 10 dias fará outra audiência pública num lugar maior, e nós sugerimos que seja feita aqui no plenário da Câmara Municipal, na Casa do Povo, onde o povo pode entrar, sentar, participar, discutir. Querer a concessão do Mercado Público é uma afronta contra a nossa história. O secretário falou aqui da arquitetura do prédio, falou da fachada do prédio. Mas o que é isso? Quem construiu aquele prédio, Ver. Cleiton? Foi a mão dos escravos. O povo de tradição esteve aqui na semana passada, e as pessoas confundem, neste governo, povos tradicionais com religiões. Se nós temos quatro floras, elas fornecem produtos, sim, para as religiões de matriz africanas, que são várias, não é uma só – as pessoas se confundem, não estudam. Mas não precisa discutir uma etnia ou uma religião propriamente dita, o mercado é de todos. As pessoas têm que entender que a tradição dos mercados públicos é uma tradição mundial. Qualquer lugar aonde a gente vai, a primeira coisa que a gente procura é o Mercado Público. Se alguém vai para Montevideo, aonde você pretende almoçar? No porto. Em Lisboa; na cidade do Porto. Lisboa é impressionante, você vai a várias cidades; várias cidades a que eu fui, eu fui nos Mercados Públicos. Vai na Espanha; qual a cidade da Espanha que não tem um Mercado Público? Cite uma só. Não precisa ir lá, tem uma coisa chamada Dr. Google, tem internet para pesquisar. Em Florianópolis, o baile que Florianópolis dá! Nós temos aqui em Jaguarão, Pelotas, Rio grande. Só vou citar essas, aqui da Zona Sul. Então, por que aqui? Por que essa pressa? Os R\$ 81 milhões de investimentos estão para gerar R\$ 269 milhões! Gente, vocês se deram conta disso o que é? Um lucro de quase 400%. Mas tchê, aonde que nós vamos parar? Eu volto a dizer: isso dá mais dinheiro do que vender droga! Dá mais dinheiro que pirataria! Dá mais dinheiro do que contrabando! Volto a insistir: isso dá dinheiro mais do que assaltar banco! Isso é uma estupidez, gente! Nós não vamos ficar parados. Eu, a partir da CPI rodei um abaixo-assinado, e todo mundo assinou. Nós temos que defender o mercado público de Porto Alegre, que os permissionários continuam mandando, trabalhando, e pagando como eles pagam hoje para o Funmercado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Vereador.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2220/16 – SUBSTITUTIVO Nº 01, que assegura às crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde no Município de Porto Alegre o direito à realização do Teste de Triagem Neonatal na modalidade ampliada, **ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/16**, ambos de autoria do Ver. Márcio Bins Ely.

PROC. Nº 0185/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 094/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que Cria o Programa de Atenção às Pessoas com Esquizofrenia no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0283/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 132/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha Junho Violeta – Violetas contra a violência – e inclui a efeméride Mês de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa – Junho Violeta – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de junho.

PROC. Nº 0460/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/19 de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Rua Dinarte de Oliveira o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Onze – Loteamento Liberdade Mário Quintana –, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 0466/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/19, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Renata Narciso de Medeiros.

PROC. Nº 0451/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 036/19 de autoria do Ver. Professor Wambert, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – Ajuris.

PROC. Nº 0474/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/19 de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Grupo Epavi – Empresa Porto Alegrense de Vigilância Ltda.

PROC. Nº 0501/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que altera o *caput* e inclui § 6º no art. 47 da Lei nº 12.518, de 13 de março de 2019, dispondo sobre a realização de procedimento licitatório para a

veiculação de publicidade em elementos e equipamentos do mobiliário urbano do Município de Porto Alegre outorgados mediante autorização.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h55min.)

* * * * *